



O ESTADO DA ARTE SOBRE O CAPACITISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ALAGOAS

ALMEIDA, Thâmara Santos Gomes¹
SILVA, Elian Marinho da²
FUMES, Neiza de Lourdes Frederico³

Grupo de Trabalho (GT 9): Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência

RESUMO

Este estudo utiliza o Estado da Arte para mapear e analisar a produção de conhecimento sobre o capacitismo na educação superior em Alagoas. Diante disso, foram realizadas buscas nas bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Banco de Teses da CAPES e Google acadêmico no período de 2010 a 2024. Utilizou-se os descritores “inclusão no ensino superior em Alagoas” e “inclusão na universidade de Alagoas”. Optou-se pela abordagem qualitativa com classificação temática para análise dos dados. Os estudos mostraram que as barreiras atitudinais e de comunicação, a falta de acessibilidade e a ausência de estratégias e dos serviços de apoio, negligenciam as necessidades educativas dos alunos, e inviabilizam o progresso acadêmico.

Palavras-chave: Educação Superior. Capacitismo. Barreiras. Inclusão

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior é garantida por um número expressivo de legislações que possuem o intuito de garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência, dando assim subsídio para a conclusão acadêmica. A Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 3.298, de 1999, o Decreto nº 7.611, de 2011, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015, o Decreto nº 9.034, de 2017, apontam o papel das instituições de ensino superior em eliminar barreiras pedagógicas, atitudinais e arquitetônicas, como ainda consolidam o direito dos estudantes com deficiência à educação inclusiva, destacando o papel das universidades na construção de um ambiente inclusivo.

Entretanto, apesar das garantias legais, os discentes da Educação Superior ainda enfrentam obstáculos consideráveis para ingressar e permanecer na universidade. Esses desafios têm como base o capacitismo, que é a discriminação vivenciada por pessoas com deficiência.

¹ UFAL. lylla.marinho@gmail.com

² UFAL. thamara.stos.gomes@gmail.com.

³ UFAL. neiza.fumes@iefe.ufal.br





A presente pesquisa revela-se importante ao buscar compreender, a partir da produção acadêmica existente, como as práticas capacitistas ainda fazem parte do cotidiano universitário, silenciando sujeitos com deficiência e comprometendo os princípios de equidade e inclusão no âmbito do ensino superior alagoano.

OBJETIVO

Compreender como as publicações científicas têm abordado o processo de inclusão na educação superior alagoana, com o intuito de identificar as principais barreiras dificultam a inclusão de estudantes com deficiência nesse contexto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, as pessoas com deficiência foram marginalizadas, silenciadas e privadas de seus direitos fundamentais, tendo, em muitos casos, sua condição de sujeito negados. Esse processo de exclusão social gerou intensos debates teóricos em busca de um novo paradigma, uma vez que uma visão eugenista, segregacionista e homogeneizadora estava profundamente enraizada na sociedade. Diversos conflitos, lideranças por movimentos revolucionários da sociedade civil, lutaram pela promoção da igualdade e da inclusão (Picollo, 2022; Mendes, 2010).

Essas mobilizações, tanto teóricas quanto práticas, promoveram mudanças significativas nas legislações, como a implementação de políticas educacionais voltadas à garantia de direitos para pessoas com deficiência, com o objetivo de consolidar a inclusão.

Contudo, ainda que tais políticas representem avanços importantes, elas coexistem com a permanência de estruturas simbólicas e institucionais excludentes. Nesse contexto, compreende-se que o capacitismo tanto se apoia em estruturas existentes quanto contribui para construí-las, influenciando profundamente os assuntos, as organizações e as instituições. Nesse sentido, o capacitismo estabelece uma posição entre as pessoas com base na conformidade de seus corpos aos padrões de corponormatividade, retratando, de forma generalizada, as pessoas com deficiência como incapacitados, perpetuando suposições e comportamentos que resultam em relações e tratamentos desiguais, rejeitando assim, a diversidade do ser humano (Mello, 2016; Gesser; Böck; Lopes 2020).





Nesse cenário, torna-se evidente que, mesmo diante de marcos legais e políticas de inclusão, a Educação Superior ainda reproduz desigualdades, especialmente no que se refere à acessibilidade e à permanência dos estudantes, principalmente daqueles oriundos de contextos socioeconômicos desfavorecidos. Barreiras estruturais e atitudinais, a falta de recursos adequados e a ausência de políticas efetivas de inclusão configuram alguns dos problemas enfrentados pelos universitários em sua rotina (Ferrari; Sekkel, 2017; Neves, 2007).

METODOLOGIA

Este estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa, adotando a metodologia do Estado da Arte para mapear e analisar a produção de conhecimento sobre o capacitismo na educação superior em Alagoas. Essa abordagem permite contribuir para a área ao apresentar como se desenvolvem a teoria e a prática pedagógica (Ferreira, 2002). Foram realizadas buscas em três bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Banco de Teses da CAPES e Google Acadêmico no período de 2010 a 2024.

Para a coleta dos dados, foram utilizados os descritores “Educação Superior”; “Inclusão”; “Capacitismo” e “Alagoas”. Diante disso, utilizamos os seguintes critérios de Inclusão: a) seleção de dissertações, teses e artigos científicos relacionados às palavras-chave da estratégia de busca b) textos publicados entre 2010 e 2024; c) trabalhos vinculados ao território alagoano; e d) relação direta com a temática do capacitismo no ensino superior. Como critérios de exclusão, descartaram-se: a) Dissertações, teses e artigos científicos que não tenham relação com contexto de Alagoas nos últimos 14 anos (2010 a 2024). b) Dissertações, teses e artigos científicos que não tenham relação direta com a temática capacitismo na educação superior.

Após a aplicação dos critérios, foram identificadas 39 produções acadêmicas, das quais 6 foram selecionadas para análise. A sistematização dos dados se deu por meio da análise temática, que segundo Braun e Clarke (2006, p. 3), proporciona flexibilidade de análise, e “através da sua liberdade teórica, fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo de dados”. As categorias definidas para orientar a análise foram: Barreiras à Inclusão, Identificação das Temáticas presentes nos estudos e Lacunas na Literatura.





RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os trabalhos selecionados abordam diferentes perspectivas sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Oliveira (2017) investigou práticas pedagógicas e serviços de apoio voltados à permanência do aluno cego em cursos de licenciatura. Viana (2010) e Calheiros e Fumes (2011) analisaram o processo de inclusão de estudantes com deficiência em instituições de ensino superior de Maceió. Silva e Fumes (2022) discutiram as significações atribuídas por universitários com deficiência visual aos serviços de apoio durante a pandemia, enquanto Silva (2022) examinou a dimensão subjetiva da realidade educacional desses estudantes no ensino remoto. Amorim e Fumes (2024) exploraram práticas colaborativas e o fortalecimento da agência de universitários com deficiência em instituições públicas, ressaltando o papel do ativismo e da transformação social

1. Identificação das Temáticas Presentes nos Estudos

As pesquisas abordam diferentes temáticas importantes no campo da inclusão no ensino superior, se destacando as políticas públicas, práticas pedagógicas, acessibilidade e apoio institucional.

A dissertação de Ferrari (2007) discute sobre as práticas pedagógicas e os serviços de apoio à permanência, com foco na experiência de estudantes com deficiência visual.

Viana (2010) aponta o papel das políticas públicas de inclusão e sua ação nas instituições de ensino superior, analisando como as estruturas institucionais lidam com a diversidade.

Calheiros e Fumes (2011) apresentam as vozes dos próprios estudantes com deficiência, valorizando suas narrativas e reflexões sobre a experiência acadêmica.

Silva e Fumes (2021) versam sobre a temática da inclusão em contextos emergenciais, refletindo o impacto da pandemia sobre os serviços de apoio e o acesso às aulas no ensino remoto.

Amorim e Fumes (2024) apresentam uma abordagem inovadora ao destacar agência e ativismo dos estudantes com deficiência, discutindo a necessidade de práticas colaborativas e de transformação institucional a partir da escuta dos sujeitos.





Já Silva (2022) se debruça sobre à dimensão subjetiva da experiência educacional durante a pandemia, apresentando às dificuldades vividas por universitários com deficiência visual em meio à ausência de suporte institucional.

2. Barreiras para a inclusão:

O estudo de Ferrari (2007) propõe analisar as condições que possibilitam a permanência de estudantes com deficiência visual no ensino superior. Dessa maneira, tal pesquisa mostra que há barreiras significativas, no ambiente acadêmico, especialmente no acesso a materiais acessíveis, como livros em braile ou plataformas digitais acessíveis.

Viana (2010) evidencia a resistência institucional à promoção de práticas inclusivas, apontando a presença de barreiras, sejam de ordem arquitetônica, pedagógica e atitudinal, além da falta de profissionais preparados para mediar o uso de tecnologias assistivas, favorecendo assim, um espaço de exclusão.

Na pesquisa de Calheiros e Fumes (2011) ficou visível as barreiras atitudinais, com base em narrativas de universitários com deficiência, que relataram preconceito e descrença quanto às suas capacidades.

Já no estudo de Silva e Fumes (2022), que se debruçou sobre estudantes com deficiência visual durante a pandemia, foram destacadas as barreiras pedagógicas, devido a ausência de metodologias inclusivas no ensino e a falta de articulação do Núcleo de Acessibilidade, que devido a burocratização para disponibilizar o acesso ao material adaptado, acabava inviabilizando a participação desses alunos e consequentemente gerando insucesso e exclusão.

Amorim e Fumes (2024) revelam tanto barreiras físicas quanto sociais dentro das universidades, a falta de apoio, recursos pedagógicos acessíveis e adaptados, falta de estrutura física, além da invisibilidade por parte dos docentes em relação aos alunos com deficiência, prática que se configura como capacitismo.

Segundo as autoras, Bock et al. (2020), atitudes capacitistas [...] traduzem-se na compreensão de considerar as pessoas com deficiência ou as que fogem ao padrão de normalidade, como menos capazes, menos humanas, menos produtivas. As barreiras atitudinais não são as únicas barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência na Educação Superior.





Por fim, Silva (2022) reforça que o contexto pandêmico evidenciou ainda mais as falhas da universidade, pois as plataformas digitais careciam de acessibilidade adequada, negligenciando as necessidades educativas dos alunos.

3. Lacunas na Literatura

As pesquisas evidenciam lacunas importantes no campo investigado. Apesar dos estudos discutirem sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, o termo capacitismo surge de forma tímida ou até mesmo explícita, sendo pouco abordado como conceito.

Ferrari (2007) e Viana (2010) não mencionam o capacitismo, apesar de abordarem práticas que o representam, como a questão da exclusão e o não reconhecimento das necessidades dos estudantes com deficiência.

Calheiros e Fumes (2011) também não nomeiam o capacitismo, mas evidenciam atitudes discriminatórias e a ausência de sensibilidade institucional, o que possibilita inferir sua presença velada.

Somente nos estudos mais recentes, como Silva e Fumes (2021) e Amorim e Fumes (2024), o termo capacitismo começa a ser discutido, sendo ligado à invisibilidade dos sujeitos, à exclusão institucional e ao despreparo docente.

Esse panorama mostra a necessidade de ampliação das pesquisas contemporâneas na Educação Superior, e dá mais visibilidade para esta temática, haja vista que o capacitismo estrutural tende a ser uma das barreiras que mais impedem a permanência e progresso acadêmico dos estudantes com deficiência na Educação Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos evidenciam a existências de barreiras que impossibilitam a participação e a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Dentre as barreiras apresentadas, destaca-se as barreiras atitudinais e pedagógica, sobretudo pela falta de capacitação de docentes, a ausência de recursos tecnológicos assistivos, falta de materiais didáticos adaptados, e a falta de apoio evidenciando que institucional, atrelado a defasagem dos Núcleos de acessibilidade

Diante disso, apesar dos avanços nas políticas públicas, há um distanciamento entre as leis e a realidade experienciada pelos discentes. Também há uma lacuna na





abordagem do capacitismo enquanto conceito na produção acadêmica no contexto alagoano, pois apesar dos obstáculos e discriminações relacionados a inclusão serem destacados, não associam essas questões ao capacitismo que está enraizado nas práticas institucionais e sociais.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Rosiane Oliveira; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. Ativismo e agência da pessoa com deficiência na Educação Superior. *Revista Educação Especial Santa Maria*, v. 37, 2024. ISSN: 1984-686X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X88655>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Orlando. Dimensão subjetiva: uma categoria potente em vários campos da psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; ROSA, Elisa Zaneratto (orgs.). *Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2020.
- CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. O(a) aluno(a) com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade de Maceió/AL. *Debates em Educação*, v. 3, n. 5, p. 1-15, jan./jun. 2011.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKE, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 634-645, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bv8ZgTdG4C7VMNZXzrDXdcz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- OLIVEIRA, Claudeson Vilela de. Práticas pedagógicas e serviços de apoio na educação superior: promovendo a permanência do aluno cego. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufal.br/handle/riufal/2196>. Acesso em: 01 dez. 2024.
- PICOLLO, Gustavo Martins. O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Apris, 2022.
- SILVA, Maria Quitéria. *Dimensão subjetiva da realidade educacional dos universitários com deficiência visual em tempos de pandemia da covid-19*. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufal.br/handle/riufal/1122>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- VIANA, Marcia Rafaela Graciliano dos Santos. *O processo de inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior de Maceió*. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufal.br/handle/riufal/1122>. Acesso em: 06 dez. 2024.

